



**LEI MUNICIPAL Nº 2.601 DE 04 DE SETEMBRO DE 2025**

**“Cria a Política Municipal de Prevenção e Tratamento da Depressão e Outros Transtornos Mentais; institui o selo "Empresa Amiga da Mente" e o Programa de Apoio à Saúde Mental da Mulher Pós-Parto.”**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO-ACRE**

Faço saber que a Câmara Municipal de Rio Branco aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituída a Política Municipal de Prevenção e Tratamento da Depressão e Outros Transtornos Mentais.

**Parágrafo único.** Para os efeitos desta Lei, considera-se pessoa com transtorno mental aquela que, após diagnóstico realizado por profissional de saúde habilitado, conforme os critérios estabelecidos pelo CID-11 ou DSM-5, necessite de tratamento contínuo e acompanhamento especializado.

**Objetivos**

**Art. 2º** A Política Municipal tem por objetivos:

- I - Promover a saúde mental; e
- II - Garantir o acesso a tratamentos eficazes e integrados no Sistema Único de Saúde - SUS.

**Diretrizes**

**Art. 3º** São diretrizes da Política Municipal:

- I – Reconhecimento da saúde mental como componente essencial do bem-estar integral da população;
- II – Promoção de práticas que favoreçam o bem-estar emocional, respeitando a diversidade cultural, religiosa e filosófica;
- III – *Estímulo a hábitos saudáveis, incluindo sono adequado, alimentação*



balanceada e estratégias de autoconhecimento;

**IV** – Capacitação contínua dos profissionais de saúde para garantir um atendimento humanizado e eficaz;

**V** – Estímulo à pesquisa científica sobre as causas, impactos e tratamentos dos transtornos mentais;

**VI** – Ampliação do acesso à Terapia Cognitivo-Comportamental e outras abordagens terapêuticas baseadas em evidências científicas;

**VII** – Fortalecimento da rede de atendimento psicossocial no SUS, garantindo a descentralização dos serviços de saúde mental;

**VIII** – Disponibilização de plataformas de telemedicina para consultas remotas, assegurando acessibilidade aos pacientes; e

**IX** – Criação de canais de apoio psicológico.

**Art. 4º** Para garantir a efetividade da Política Nacional de Prevenção e Tratamento da Depressão e Outros Transtornos Mentais, serão adotadas as seguintes medidas:

**I** – Estabelecimento de sistemas de monitoramento e avaliação contínua da eficácia das políticas implementadas;

**II** – Criação de indicadores para mensuração do progresso em saúde mental, com relatórios periódicos publicados pelo Poder Público;

**III** – Incentivo à coleta e análise de dados epidemiológicos sobre transtornos mentais;

**IV** – Desenvolvimento de estratégias de aperfeiçoamento com base em evidências científicas e resultados obtidos; e

**V** – Integração com universidades e faculdades públicas e privadas com o objetivo de fomentar estudos científicos que aperfeiçoem a Política Municipal.

### **Selo Empresa Amiga da Mente**

**Art. 5º** Fica criado o selo “Empresa Amiga da Mente”, concedido pelo Município às empresas que implementarem programas eficazes de saúde mental para seus colaboradores.



**Art. 6º** Fica instituído o Programa de Apoio à Saúde Mental da Mulher Pós-Parto, destinado a garantir suporte psicológico e acompanhamento especializado para mulheres que apresentem sintomas de depressão pós-parto.

§ 1º O programa será implementado por meio de unidades de saúde da rede pública com equipes multidisciplinares.

§ 2º As mulheres diagnosticadas com depressão pós-parto terão direito a tratamento prioritário, com acesso a consultas regulares, apoio psicológico e acompanhamento contínuo até sua plena recuperação.

§ 3º O programa incluirá ações educativas voltadas para a conscientização da sociedade sobre a importância do suporte emocional durante o período pós-parto, com foco na redução do estigma associado à depressão pós-parto.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Rio Branco – Acre, 04 de setembro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

**Tião Bocalom**  
Prefeito de Rio Branco

PUBLICADO NO D.O.E  
Nº: 14.130 De 17/10/25  
Pág. Nº: 113-114